

CONTRAÇÃO NOS INVESTIMENTOS DA FAPESP

José Chrispiniano
Jornalista

Desvalorização do real e suspensão do uso das reservas financeiras da instituição tendem a reduzir investimentos da Fapesp em 2003, em relação aos três anos anteriores. O novo contexto é marcado pela recondução do diretor científico para um quarto mandato consecutivo, apesar da insatisfação da comunidade, e pela atribuição de maiores poderes aos coordenadores de área, todos nomeados por ele

O súbito bloqueio, pela Fapesp, das importações de material de pesquisa levantou dúvidas entre a comunidade científica sobre a saúde financeira da entidade, que até então vinha financiando de forma crescente a pesquisa no Estado de São Paulo. A proibição foi posteriormente relaxada, e a fundação passou a abrir exceções para os casos emergenciais. A importação de equipamentos e a aprovação de novos projetos seguiam suspensos, pelo menos até o final de novembro de 2002.

O presidente da Fapesp, professor Carlos Vogt, nega a existência de problemas financeiros: “Inadimplente, a Fapesp não está” (*ver entrevista*). Ele justifica o bloqueio como precaução necessária diante da alta do dólar, já que, segundo alega, 1/3 dos gastos da fundação estão indexados à moeda norte-americana: “Em um momento como este, é uma medida cautelar para ver como o cenário se define”, explica.

A receita estimada da Fapesp em 2002 é de R\$ 441 milhões, e suas reservas patrimoniais, fruto principalmente de aplicações financeiras, são de R\$ 500 milhões. Para o professor Vahan Agopyan, diretor da Escola Politécnica e membro do Conselho Superior da Fapesp, a fundação é capaz de honrar todos os seus compromissos: “Hoje, se você tem seu projeto aprovado pela Fapesp, ela tem recursos para financiá-los. Não são recursos futuros”.

De qualquer modo, o corte nas importações foi decidido e aplicado de forma súbita, surpreendendo a comunidade científica. Os pesquisadores do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB-USP) enviaram carta à diretoria da Fapesp, na qual relatam que a comunidade recebeu a notícia “estupefata”, e classificam a interrupção como “abrupta e indiscriminada”. Eles revelam que foram comunicados sobre uma medida tão importante do modo mais burocrático possível, por uma simples correspondência.

“Diante dessa quebra unilateral dos compromissos assumidos com

Fapesp como modelo de financiamento à pesquisa.”

O corte foi comunicado e implantado em 7 de agosto. A primeira reunião com setores da comunidade para tratar da situação somente veio a ocorrer em 27 de setembro, quando o diretor científico da Fapesp, José Fernando Perez, sentou-se à mesa com pró-reitores das cinco universidades públicas do Estado, as maiores receptoras de recursos da fundação. Só no dia 1º de outubro, quase dois meses após a suspensão das importações, é que foram adotados os procedimentos para importações emergenciais.

A autorização foi anunciada pelo presidente da Fapesp em reunião com 24 diretores de institutos, entre eles o professor Henrique Krieger, diretor do ICB. Primeiro a medida foi tomada, só depois “flexibilizada” para tratar das diferentes situações, e separar as urgências de importações que poderiam esperar.

Nos anos de 1999 a 2002, o real sofreu uma forte desvalorização frente ao dólar, partindo da paridade cambial existente em 1998 para o patamar de 1 dólar custando em torno de R\$ 3,50 em novembro de 2002. Ou seja, os problemas do impacto causado pelas sucessivas desvalorizações do real nas contas da Fapesp não eram novos, vinham desde a desvalorização do real em janeiro de 1999.

A crise das importações, e as restrições cada vez maiores adotadas na concessão de bolsas de pesquisa, revelam os limites da política de expansão de investimentos da Fapesp.

*Em 7/8
ocorreu o corte de
importações. Perez reuniu-se
com pró-reitores em 27/9. E só em
1º/10 a Fapesp autorizou compras
emergenciais*

a Ciência do Estado de São Paulo, única na história da Instituição, comunicada através de carta lacônica”, afirmam os pesquisadores do ICB, “e considerando a importância da Fapesp para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de São Paulo e do país, a comunidade científica paulista vem por meio desta solicitar a revisão das restrições às importações e manifestar a sua disposição de contribuir, ativamente, na busca de soluções de curto, médio e longo prazo com o objetivo precípuo de preservar a

No período de 1999 a 2002, o mesmo da persistente depreciação do real diante do dólar, fez investimentos muito superiores às suas respectivas receitas anuais (ver Tabela 1).

Os investimentos são as despesas autorizadas para a Fapesp para bolsas e projetos num determinado ano, e que implicam desembolso nos anos seguintes. Até 1998 os investimentos da Fapesp eram inferiores às receitas. A partir de 1999 a situação se inverte. Se em 1998 as receitas superaram os investimentos em mais de R\$ 105 milhões, em 1999 se dá o contrário, com os investimentos superando as receitas em R\$ 133 milhões. Investimentos tão mais altos do que as receitas foram possíveis porque a Fapesp lançou mão de suas reservas patrimoniais.

A Fapesp tem, essencialmente, duas fontes de recursos: o repasse de 1% da arrecadação do Estado de São Paulo e os rendimentos financeiros do seu patrimônio, fruto das sobras de recursos de anos anteriores (ver Tabela 2). Estes investimentos financeiros são administrados pela própria Fapesp, e consistem, na sua maior parte, em Letras do Tesouro do próprio Estado de São Paulo, o que coloca a fundação pública na curiosa condição de credora do Estado. As reservas financeiras, que eram da ordem de R\$ 800 milhões no início da década de 1990, hoje caíram para R\$ 500 milhões.

O presidente da Fapesp anuncia que, em 2003, os investimentos não devem exceder as receitas estimadas no ano. Portanto, salvo se houver um salto na arrecadação estadual (e conseqüentemente um aumento da receita representada pelo repasse de

Tabela 1
Fapesp: evolução receitas x investimentos
(em milhões de R\$)

Ano	Receitas	Investimentos (despesas comprometidas para o ano e anos seguintes)
1994	295,6	117,5
1995	378,5	223,4
1996	339,5	230,6
1997	347,8	260
1998	391	286
1999	409	542,4
2000	377,6	550,7
2001	403,8	599,5
2002	441 (estimativa)	370,2 (até setembro)

Fonte: Fapesp

1% à Fapesp), a nova orientação deve resultar em redução na liberação de verbas e na aprovação de novos projetos, pois em 2001, por exemplo, os investimentos superaram as receitas em R\$ 195 milhões.

De janeiro a setembro de 2002, os investimentos já tinham caído 18% em relação ao que tinha sido gasto no mesmo período do ano anterior. Não

causa espanto que o diretor científico, professor Perez, tenha anunciado maiores exigências na aprovação de projetos, a exemplo do que já ocorre com as bolsas de pós-graduação, hoje submetidas às duvidosas

“avaliações comparativas” e cujo financiamento, no seu conjunto, está limitado a 30% dos investimentos da fundação. O corte nos investimentos deverá implicar numa redução dos gastos com bolsas, que já vinham sendo comprimidos.

A nova diretriz na avaliação de projetos faz aumentar a importância das coordenações de área em relação aos assessores *ad hoc*, já que a procura por bolsas tende a superar largamente a oferta, e um projeto não depende mais apenas do seu próprio mérito para ser aprovado, mas de uma série de injunções e valores subjetivos.

“Hoje, dos muitos projetos aos quais os assessores dizem OK, a coordenação corta alguns e o professor Perez corta mais alguns”, diz Vahan

Tabela 2
Evolução das receitas da Fapesp
no período 1994-2002 (em R\$)

Ano	Transferências do Tesouro	Outras Receitas	Total
1994	27.007.410,81	268.684.265,34	295.691.676,15
1995	189.925.509,37	188.631.711,78	378.557.221,15
1996	178.650.600,15	160.856.326,65	339.506.926,80
1997	187.521.507,45	160.312.160,61	347.833.668,06
1998	188.203.639,63	202.814.241,52	391.017.881,15
1999	197.595.730,55	211.428.850,64	409.024.581,19
2000	231.984.308,19	145.598.117,63	377.582.425,82
2001	271.398.669,38	132.418.477,14	403.817.146,52
2002*	215.235.014,37	94.280.071,68	309.515.086,05

*até setembro. Fonte: Fapesp

Os coordenadores de área não emitem pareceres, mas têm a prerrogativa de distribuir os projetos entre os pareceristas, e presente-mente, no caso das bolsas, já são eles que efetivamente decidem a aprovação do projeto, ao reavaliar, de forma comparativa e “competitiva”, os projetos apresentados pelos pós-graduandos e avaliados por pareceristas. Como se depreende da seguinte declaração, um projeto não pode ser aprovado contra o parecer de um assessor, mas claramente pode ser *rejeitado* apesar de um parecer favorável.

“O diretor científico não pode aprovar a bolsa se ela não for aprovada pela coordenação, que não pode dar se não houver um parecer positivo do assessor. O que acontece com a disputa é que antes os assessores diziam OK à maioria dos projetos, a coordenação dizia OK e o diretor dizia OK. Hoje, dos muitos projetos aos quais os asses-

sores dizem OK, a coordenação corta alguns e o professor Perez corta mais alguns. Aumenta a responsabilidade da coordenação mas também aumenta a do assessor na avaliação dos projetos”, explica o professor Agopyan.

Hoje a Fapesp tem 70 coordenadores de área, escolhidos e mantidos no cargo direta e exclusivamente pelo diretor científico. A *Revista Adusp* solicitou insistentemente à fundação os nomes dos coordenadores, mas, embora essa lista tenha sido prometida, não nos foi entregue até o fechamento da edição.

“O Conselho Superior não interfere na diretoria científica. Para o Conselho a autonomia da diretoria científica é uma questão de honra”, afirma o professor Agopyan. Como o atual diretor científico, José Fernando Perez, ocupa o cargo desde 1993, reclama-se na comunidade de uma excessiva concentração de poder nas suas mãos.

Daniel Garcia



Perez: reconduzido ao cargo

Questionado sobre as declarações do professor Warwick Kerr em entrevista publicada na edição 26 da *Revista Adusp*, em que criticava a demorada permanência de Perez na diretoria científica, o presidente da Fapesp respondeu o seguinte: “E nem precisa ser o Warwick, há outros pesquisadores que reclamam, menos famosos, e a gente olha, minha disposição é exatamente essa. Vamos conversar, vamos discutir, vamos ajustar, melhorar o sistema.”

Vogt foi entrevistado em 12 de novembro. No dia seguinte, o Conselho Superior da Fapesp, reunido a portas fechadas, decidiu por unanimidade pela permanência de Perez por mais três anos à frente da diretoria científica, ao término dos quais terá completado 12 anos no cargo.